

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.616.417 - SE (2019/0334903-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **HD - PROJETOS E EMPREENDIMENTOS LTDA**
ADVOGADOS : **EDGARD DE FARO ROLLEMBERG FILHO - SE003083**
: **MARINA ROSA MENDONÇA SANTOS - SE012716**
AGRAVANTE : **CLAUDIA MARIA BOMFIM PIMENTEL LIMA**
AGRAVANTE : **LUIZ CARLOS LIMA**
ADVOGADO : **FABIANO FREIRE FEITOSA - SE003173**
AGRAVADO : **OS MESMOS**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por HD - PROJETOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, que desafiou acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe assim ementado (e-STJ, fl. 650):

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO C/C PERDAS E DANOS MATERIAIS E MORAIS. RESCISÃO DO CONTRATO. INTERESSE DE AMBAS AS PARTES. RETORNO AO . DEVOLUÇÃO DO STATUS QUO ANTE SINAL/ARRAS JÁ PAGO PELA REQUERIDA É MEDIDA QUE SE IMPÕE.

CONFIRMAÇÃO DO . DANO DECISUM MORAL. NÃO CONSTATAÇÃO. MERO DISSABOR. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO É O CASO DOS AUTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. DISTRIBUIÇÃO CORRETA E PROPORCIONAL PELO “A QUO”. HONORÁRIOS RECURSAIS.

RECURSOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ, fls. 560-563 e 606-614).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 674-710), a recorrente apontou violação aos arts. 80, II, 408, 411 e 418 do Código Civil de 2002, bem como a existência de dissídio jurisprudencial.

Juízo de admissibilidade negativo (e-STJ, fls. 797-801).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante ressaltar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado de que cabe à parte agravante, nas razões do agravo em recurso especial, trazer argumentos para contestar a decisão do Tribunal de origem que negou seguimento ao recurso especial, justificando, tese a tese, o cabimento do apelo especial, conforme determina expressamente o art. 932, III, do CPC/2015.

O entendimento desta Corte é no sentido de que a parte recorrente deve rebater os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o agravo que não se insurge, especificamente, contra todos eles.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC. DECISÃO MANTIDA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Agravo interno interposto contra decisão publicada na vigência do novo Código de Processo Civil, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art.

932, III, do NCPC, não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (ausência de omissão no acórdão recorrido e

incidência das Súmulas nºs 5, 7 e 83, todas do STJ). 3. O entendimento pacífico do STJ é de que não basta, para afastar o óbice da Súmula nº 83/STJ, a alegação genérica de que o acórdão recorrido não está em consonância com a jurisprudência desta Corte, devendo a parte recorrente demonstrar que outra é a positivação do direito na jurisprudência desta Corte, com a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada (AgRg no AREsp nº 238.064/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 18/8/2014).

4. A majoração dos honorários em 3% sobre o valor consignado na inicial, fundada no art. 85, § 11, do NCPC, ainda que modesta, está perfeitamente fundamentada no grau de zelo do profissional, que impugnou a tempo todos os recursos apresentados pela COTRIMA; o lugar de prestação do serviço, tribunal de segunda instância e também nesta Corte Superior; a natureza e a importância da causa, que envolveu a vultuosa monta de aproximadamente R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais); e, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, em demanda que foi ajuizada há mais de 5 anos.

5. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicação do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1231762/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 28/06/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NÃO ADMITIU O ESPECIAL. CONFIRMAÇÃO. 1. Para viabilizar o conhecimento do agravo em recurso especial, é necessário que o recorrente impugne especificamente todos fundamentos da decisão agravada, o que não ocorreu na hipótese em exame. Tal circunstância atrai a incidência do disposto no art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e no art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

2. Não atendidos os requisitos de admissibilidade do agravo, o que inviabilizou seu conhecimento, não há falar em sobrestamento do feito para aguardar a discussão de temas relacionados ao mérito da controvérsia, os quais poderão vir a ser julgados no âmbito de recursos repetitivos, mormente quando tais temas nem sequer foram ventilados na petição do especial.

3. É vedado à parte inovar nas razões do agravo interno, trazendo questões não tratadas oportunamente no recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 983.563/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 23/05/2018)

Superior Tribunal de Justiça

No caso em exame, nos termos da decisão de admissibilidade, o Tribunal de origem inadmitiu a insurgência por incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ (inconformismo quanto ao negócio jurídico), Súmulas 5 e 7 do STJ (dissídio jurisprudencial) e Súmula 7 do STJ (litigância de má-fé) ao caso.

Todavia, da leitura da petição de agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 807-830), constata-se que a agravante não procedeu à impugnação específica de todos os argumentos mencionados pela Corte estadual para inadmitir o recurso excepcional, limitando seus argumentos à impugnação genérica da incidência da Súmula 7 do STJ ao caso e repetição dos argumentos de mérito do recurso especial.

Dessa forma, a falta de ataque específico aos fundamentos da decisão agravada encontra óbice no teor do art. 932, III, do CPC/2015, desatendendo a recorrente o princípio da dialeticidade exigido na esfera recursal.

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator